

O empoderamento dos jovens africanos A nova orientação da cooperação UE-África

RESUMO

África é o continente mais jovem do mundo. Com uma população em rápido crescimento, África deverá compensar grande parte do declínio populacional noutras partes do mundo nas próximas décadas. Em consequência, até 2050, uma em cada quatro pessoas em idade ativa no mundo poderá ser africana. Hoje em dia, mais de 60 % dos africanos têm menos de 25 anos. Este dinamismo demográfico acarreta enormes desafios e oportunidades. Se bem gerido, poderá conduzir a um milagre económico em África, que moldará a história do século XXI. Por outro lado, esse crescimento demográfico sem precedentes não é isento de desafios específicos: o elevado número de crianças e jovens deve ver asseguradas as suas necessidades de educação e saúde e têm que ser criados empregos suficientes para as grandes massas que entram no mercado de trabalho anualmente. Amplas gerações de jovens, que são politicamente excluídos e privados de oportunidades económicas, podem constituir um fator de agravamento dos conflitos e ser propensos à radicalização política e religiosa. A instabilidade e a pobreza crescente conduziriam igualmente a uma migração maciça para a Europa e o resto do mundo.

A Europa não pode ignorar os crescentes desafios e oportunidades nas suas fronteiras meridionais. Repercussões positivas ou negativas para a Europa serão inevitáveis. É, por conseguinte, do interesse da UE ajudar o continente a orientar a expansão demográfica para uma expansão económica, proporcionando aos jovens oportunidades, reduzindo a pobreza e trazendo paz e estabilidade duradouras. À medida que a UE se prepara para redefinir a sua cooperação com África, a questão da juventude é, assim, inevitável. O desafio mais premente para a UE consiste em canalizar o investimento estrangeiro e o esforço de desenvolvimento para as populações mais jovens de África, que se encontram, mais do que nunca, nos Estados mais frágeis.



High-level conference:
Towards a renewed partnership
with Africa

22 November 2017 – European Parliament, Brussels

Neste briefing:

- Antecedentes
- O desafio demográfico
- A dimensão política
- A dimensão económica
- A dimensão social
- Perspetivas
- Posição do Parlamento Europeu
- Referências principais

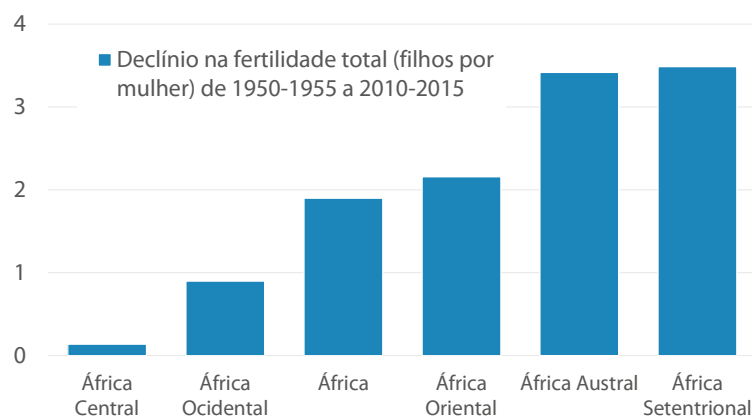
Antecedentes

As relações entre a UE e África, a nível continental, são enquadradas pela [Estratégia Conjunta África-UE](#), adotada em 2007, que estabelece o quadro geral para a cooperação. Prioridades mais concretas para a cooperação são definidas, periodicamente, em documentos de orientação adotados pelos Chefes de Estado ou de Governo de todos os países da UE e de África. Este será também um dos objetivos da Cimeira de Alto Nível UE-África, em Abidjan, a realizar em 29 e 30 de novembro de 2017. A tónica da cimeira deste ano será colocada na juventude. Ao preparar esta cimeira, a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e a Comissão Europeia publicaram uma [comunicação conjunta](#), que define prioridades na perspetiva da UE.

O desafio demográfico

Entre 1950 e 2015, a população de África quase quintuplicou, em relação a um aumento para o triplo de todo o planeta durante o mesmo período, e África prossegue uma [trajetória](#) demográfica divergente. Enquanto na maioria das outras regiões do mundo, as taxas de natalidade caíram para perto ou mesmo abaixo do limiar de renovação das gerações, em África a tendência é diferente e, provavelmente, assim permanecerá durante algum tempo. Enquanto na África do Norte o crescimento da população, embora robusto, seja mais moderado e assim permanecerá, de acordo com o cenário mais provável desenvolvido pela Organização das Nações Unidas («variante média»),¹ a população da África Subsariana deverá mais do que duplicar até 2050, passando de 1,02 mil milhões em 2017 para 2,17 mil milhões e, em seguida, quase duplicar novamente até ao final do século. Tal deve-se a uma multiplicidade de fatores: valores sociais e religiosos que favorecem as famílias numerosas, a importância económica de ter muitos filhos para o trabalho agrícola, o desinteresse das autoridades na promoção do planeamento familiar e dos direitos reprodutivos, e a falta de acesso à contraceção, bem como baixos níveis de educação e de empoderamento económico das mulheres.

Figura 1 — Declínio da fertilidade em África



Fonte dos dados: [World Population Prospects](#) da ONU.

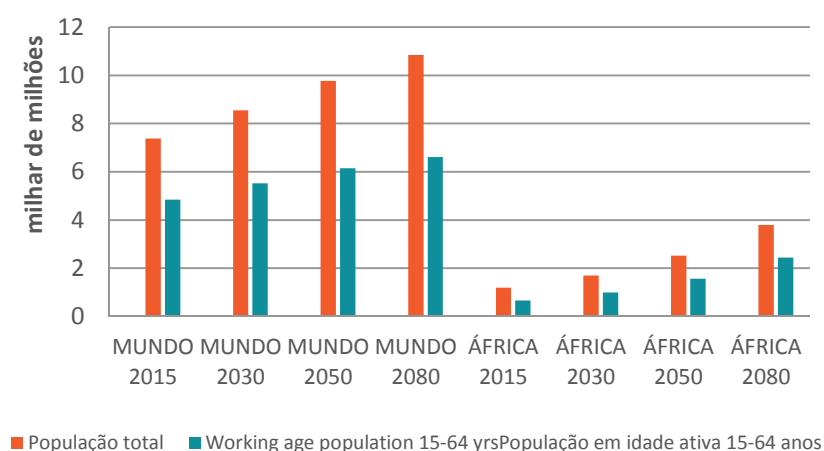
Num cenário puramente teórico, se a atual taxa de fertilidade permanecesse constante, toda a população de África aumentaria para o número impressionante de 16 mil milhões até ao final deste século (segundo projeções da ONU) — uma população que todo o planeta teria dificuldade em sustentar.² Na prática, as taxas de fertilidade têm vindo a diminuir, embora muito lentamente e de forma desigual a nível regional. Nas duas regiões que acolhem uma parte significativa da população africana, a África Central e a África Ocidental, as taxas de fertilidade por mulher diminuíram muito pouco entre 1950 e 2015, para, respetivamente, 5,9 e 5,5 crianças por mulher, de acordo com os dados das Nações Unidas. Esta ligeira quebra é muito desigual entre os diferentes países. Os Estados mais frágeis ainda não entraram ou estão apenas a começar a sua transição demográfica. Embora muito mais baixa na África do Norte, a fertilidade aumentou no período de 2010-2015, em comparação com os cinco anos anteriores. Tal demonstra claramente o enorme

potencial demográfico do continente. Mesmo que as taxas de fertilidade diminuíssem muito rapidamente — outro cenário puramente teórico —, a população continuaria a crescer depressa, devido à «dinâmica demográfica», tornando um maior crescimento demográfico em África uma certeza.

Por conseguinte, o continente africano será o motor demográfico do mundo no século XXI e a maior parte do aumento da população mundial poderá provir de África. Uma em cada quatro pessoas em idade ativa no mundo será africana em 2050³ — uma oportunidade para África se tornar o novo «poder económico» do mundo no século XXI.

No entanto, o impacto do crescimento demográfico variará de um local para outro, pois algumas regiões poderão acomodar facilmente populações maiores. A massa terrestre de África é enorme, sendo aproximadamente equivalente à dos EUA, da UE, da China, da

Figura 2 — Projeções da população total e da população em idade ativa: África em relação ao mundo

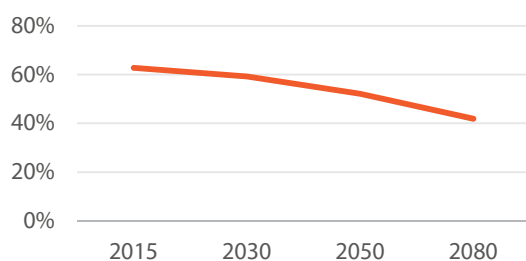


Índia, do México e do Japão — zonas que albergam mais de três vezes a população africana atual). Muitos países do continente têm ainda uma densidade populacional relativamente baixa ou mesmo muito baixa. África tem mais de metade das terras agrícolas não cultivadas do mundo. Porém, alguns países já estão a sofrer pressões demográficas, por exemplo as zonas

Fonte dos dados: [World Population Prospects](#) da ONU, variante média.

afetadas pela desertificação e/ou desflorestação como no Sael, ou pela fragmentação das parcelas agrícolas, como no Ruanda e no Burundi. Nesses locais, os jovens terão dificuldades em continuar o modelo de produção agrícola dos pais e terão de atualizar os seus métodos de cultivo ou de procurar rendimentos noutras paragens.

Figura 3 — Proporção de africanos com menos de 25 anos de idade



Fonte dos dados: [World Population Prospects](#) da ONU, variante média.

O efeito mais visível do rápido crescimento demográfico é a elevada percentagem de jovens na população total que coloca desafios específicos às sociedades em que vivem, especialmente no que diz respeito à educação, à saúde e ao emprego, tal como explicado na presente síntese. Atualmente, mais de 60 % dos africanos têm menos de 25 anos e esta proporção diminuirá apenas lentamente num futuro previsível.

A dimensão política

Devido ao seu elevado número, os jovens constituem uma força política a ter em devida conta nas eleições. No entanto, a vida política em muitos países africanos continua ainda a ser dominada por velhas elites e os jovens estão, em grande medida, ausentes de posições de poder. A sua ligação à política é tão ambivalente em África como em muitos outros lugares do mundo. Embora os jovens tenham recentemente liderado a transformação política em vários países do continente, tal como em vários países da África Setentrional e Ocidental, não é menos verdade que o seu compromisso político formal e contínuo é frequentemente inexistente. Existem provas de um desfazamento entre a explosão demográfica dos jovens e os processos democráticos do continente. De acordo com os [inquéritos Afrobarometer](#), «os jovens africanos não se encontram plenamente envolvidos em processos políticos formais, como a participação eleitoral, bem como em modos mais informais de compromisso, como reuniões com os membros da comunidade e contactos com representantes políticos». Embora a tendência geral seja essa, há variações consideráveis entre países quanto ao nível de participação. No entanto, mesmo em países onde os movimentos de jovens foram essenciais para obter uma mudança política, como a Tunísia, existe uma insuficiente participação política dos jovens. A má qualidade da governação, a corrupção, a falta de acesso aos processos políticos e a falta de inclusão de questões relacionadas com a juventude nas plataformas partidárias podem causar o desencanto dos jovens com a política. Os jovens dão prioridade, com frequência, ao ativismo cívico. O ativismo da sociedade civil [não pode, contudo, substituir](#) a participação política.

De 9 a 11 de outubro de 2017, membros de organizações de jovens provenientes de África e da Europa, incluindo representantes da diáspora africana, reuniram-se em [Abidjan](#), na Quarta Cimeira da Juventude África-UE, para estabelecer prioridades políticas, a fim de contribuir para a Cimeira África-UE. A [declaração](#) adotada pela Cimeira apela à educação para a cidadania e os direitos humanos, à redução da idade de candidatura a cargos públicos, a fim de harmonizar com a idade para votar, e ao reforço da participação dos jovens, incluindo os vulneráveis, na sociedade.

Quando o desinteresse político é agravado por dificuldades económicas, há o risco de que alguns jovens possam ser cativados por movimentos políticos radicais ou antidemocráticos e, em especial, por fundamentalistas religiosos. Considera-se que uma geração de jovens desempregados e marginalizados pode contribuir para a instabilidade política, incluindo o terrorismo.⁴ O desafio de África é que os países com uma população mais jovem são também os mais frágeis: propensos a conflitos e divisões internas, com instituições frágeis, ineficazes e corruptas, frequentemente sem litoral, muitas vezes extremamente pobres e caracterizados por forte concorrência em torno da terra e de outros recursos. Dos 16 países africanos mais jovens, com uma média etária inferior a 18 anos, cinco (República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Nigéria e Somália) são considerados perigosamente frágeis (ao nível de alerta), enquanto os outros têm um elevado nível de fragilidade (merecendo um nível de advertência), de acordo com o [Índice de Estados Frágeis do Fundo para a Paz](#). Todos – com uma única exceção, a Nigéria — [são países menos desenvolvidos](#) e metade é composta por países sem litoral. Por conseguinte, é fundamental reforçar a resiliência destes Estados, a fim de oferecer aos seus jovens a paz, a estabilidade e a boa governação de que necessitam. Para responder a este desafio, a UE delineou uma abordagem baseada no desenvolvimento, que se centra no conceito de resiliência. Segundo a [comunicação conjunta](#) da UE, as sociedades resilientes pressupõem instituições responsáveis,

democráticas, eficazes e transparentes, e o pleno respeito dos direitos humanos. Isto torna-as igualmente mais bem adaptadas para responder aos desafios relacionados com o crescimento da população. Para assegurar a paz e a estabilidade, a UE continuará a sua cooperação e o seu apoio crucial à União Africana e às missões de paz por ela conduzidas.

A dimensão económica

As populações muito jovens de África criam uma enorme oportunidade para o desenvolvimento económico, mas a economia tem que ser capaz de criar postos de trabalho suficientes para os numerosos jovens que entram no mercado de trabalho anualmente. Um dos dois principais objetivos definidos pela UE para a futura cooperação com África na sua comunicação conjunta é «Criar mais e melhores empregos, especialmente para os jovens». A necessidade de dar destaque ao setor privado, a fim de criar emprego, é também claramente realçada.

Crescimento económico e criação de emprego

As [economias africanas](#) tinham vindo a crescer rapidamente desde a década de 2000, invertendo a tendência para a estagnação que se estabelecera na década de 1980, até os preços dos produtos de base baixarem em 2015. As taxas de crescimento económico tinham sido impressionantes em muitos países, mas, dado o rápido crescimento demográfico, o aumento do PIB *per capita* foi mais lento e não permitiu a África alcançar outras partes do mundo em termos de riqueza. Um aspeto característico do desenvolvimento económico africano tem sido a sua dependência das exportações de produtos de base, que aumenta a vulnerabilidade a choques externos, como a recente queda dos preços do petróleo e de outros minerais. África continua a exportar minerais não transformados (cuja extração não é um setor de mão de obra intensiva) e produtos agrícolas. Outro pilar que apoiou o crescimento foi a subida observada no setor dos serviços, mas esta tem assentado, principalmente, em empregos informais de baixa produtividade e não é competitiva a nível internacional. Existe um amplo consenso no sentido de que a industrialização, e, em particular, os setores da indústria transformadora de mão de obra intensiva ainda têm de se enraizar na maior parte do continente africano, algo muito necessário para criar numerosos postos de trabalho para os jovens. Reconhecendo esta realidade, a comunicação conjunta promete o apoio da UE à industrialização de África através de «investimentos em setores de valor acrescentado e de mão de obra intensiva».

Como o continente é um importador líquido de alimentos, a transformação agrícola poderá ser crucial para aliviar a pobreza e fornecer um grande número de postos de trabalho aliciantes para os jovens. Atualmente, os jovens não se afiguram particularmente interessados na agricultura, dado que a idade média do agricultor em África é de cerca de [60 anos](#). A [transformação agrícola](#) tem que ser feita de uma forma que preserve o [modelo de explorações de pequenos agricultores](#) e, por conseguinte, os empregos nas zonas rurais, introduzindo, ao mesmo tempo, técnicas modernas. Caso contrário, se a agricultura de mão de obra intensiva tradicional for substituída por uma agricultura mecanizada em grande escala, deslocando as explorações dos pequenos agricultores, esta transformação poderá agravar o desemprego rural e dar início a importantes fluxos migratórios para cidades já densamente povoadas, onde não existem, de qualquer modo, suficientes oportunidades de emprego digno. O potencial de criação de emprego do setor agroalimentar é reconhecido na comunicação da UE.

O investimento é mais necessário nos Estados frágeis

O maior desafio à estratégia da UE de investir em África consiste em canalizar os investimentos para os países com uma população mais jovem, que se encontram igualmente entre os países mais frágeis e propensos a conflitos, sendo, portanto, também de maior risco e menos atrativos para o investimento estrangeiro. É objetivo explícito do recentemente criado [Plano de Investimento Externo da UE](#) (PIE) ([lançado](#) em setembro de 2017) orientar os investimentos para regiões frágeis, que normalmente só atraem uma pequena parte do investimento direto estrangeiro. O Fundo de Desenvolvimento Sustentável, com um valor total de 4,1 mil milhões de euros, incluirá uma nova garantia e prevê-se que venha a mobilizar 44 mil milhões de euros de investimentos em África e nos países vizinhos da UE até 2020. O plano visa promover o crescimento inclusivo, a criação de emprego e o desenvolvimento sustentável. Além disso, cria uma garantia FEDS, que reduzirá o risco para os investidores privados, cobrindo as perdas potenciais sofridas pelas instituições financeiras e pelos investidores.

Explorar o potencial das novas tecnologias

Enquanto investir em setores económicos de mão de obra intensiva tradicionais, que acrescentam valor aos recursos naturais, incluindo os agrícolas, se reveste de uma importância fundamental para a criação de emprego, criar condições para que África possa tirar partido das novas tecnologias, nomeadamente nos domínios digital e de produção de energia, não é menos importante. A [«revolução móvel»](#) no continente tem demonstrado a capacidade de dar saltos qualitativos nas fases de desenvolvimento e explorar as vantagens das novas tecnologias. Os jovens africanos têm aproveitado o potencial das novas tecnologias e o aparecimento de um [ecossistema de TI](#) em vários países, incluindo empresários, empresas tecnológicas e polos de inovação, é prova deste facto — uma realidade que não tem sido ignorada pelos [gigantes das IT](#). Uma das ações emblemáticas da comunicação conjunta da UE consiste em apoiar a Agenda Digital de África, explorando o potencial das tecnologias digitais para promover a agroindústria e desenvolvendo um ambiente de investigação digital aberto para fomentar competências e conhecimentos.

Investir em infraestruturas, nomeadamente na produção de energia, é outra dimensão importante da futura cooperação UE-África, que será apoiada pelo FEDS, também em resposta aos compromissos assumidos na sequência do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Um novo [paradigma](#) energético com base na produção local, possibilitado pelo aparecimento de novas tecnologias de energias renováveis, proporciona uma oportunidade única para o desenvolvimento económico, especialmente nas zonas rurais e mais remotas de África. O acesso às infraestruturas de energia e transportes é crucial para as empresas e, ao mesmo tempo, poderá tornar as zonas rurais mais atrativas, a fim de encorajar os jovens a permanecer.

Os jovens africanos inclinam-se para o empreendedorismo

Na África Subsariana, muitos jovens participam em atividades de empresas na sua fase inicial, o que pode igualmente ser uma consequência da falta de emprego formal, como revela um [inquérito](#) efetuado em vários países africanos, em comparação com muitos outros países do mundo. Determinados países da África Subsariana, com exceção da África do Sul, têm das taxas mais elevadas de atividade empresarial dos jovens no mundo, sendo a Nigéria a primeira classificada. Este domínio deveria, por conseguinte, ter prioridade nas ações a desenvolver. Uma das medidas previstas na comunicação conjunta é o «Apoio aos empresários, às pequenas e médias empresas e às empresas em fase de

arranque de África, através de estruturas e serviços de apoio específico às empresas locais».

A quarta Declaração da Juventude África-UE destaca também o empreendedorismo: a criação de um enquadramento favorável às empresas, a melhoria do acesso ao financiamento para os jovens, o reforço da capacidade dos jovens empresários para gerir uma empresa.

A dimensão social

Saúde

A pobreza pode ser particularmente enfraquecedora para os jovens em geral, mas os seus efeitos na saúde podem ser profundos e irreversíveis. A pobreza conduz frequentemente à subnutrição. Segundo a [Unicef](#), a subnutrição coloca as crianças em maior risco de morte devido a infeções comuns e nos primeiros 1 000 dias de vida conduz a um atraso irreversível no crescimento, associado a capacidades cognitivas deficientes e baixo desempenho escolar e profissional. A percentagem de crianças com atraso no crescimento tem vindo a diminuir apenas muito lentamente em todo o continente africano, passando de 38 % em 2000 para 31 % em 2016, de acordo com a [Unicef](#) (apesar de as taxas de atraso no crescimento serem muito mais baixas na África do Norte). Cuidados de saúde gratuitos e de qualidade para as crianças não são uma realidade em muitos países africanos. A comunicação conjunta da UE estabelece o objetivo da cobertura universal dos cuidados de saúde para os jovens, incluindo a vacinação, os cuidados de saúde reprodutiva e a prevenção de doenças transmissíveis.

Educação

África está a perder terreno em relação ao resto do mundo no que respeita à frequência de todos os níveis de escolaridade, com os países da África Subsariana na pior situação. Tem as taxas mais elevadas de exclusão do ensino primário do mundo: segundo a [Unesco](#), 21,5 % das crianças com idade para frequentar a escola primária não o faziam em 2015 na região. A situação melhorou consideravelmente: a taxa de exclusão do ensino primário baixou para quase metade desde 1999, quando era de 41,6 %, mas, dado o forte crescimento demográfico, o número de crianças que não frequentam a escola permanece persistentemente elevado. Dado que a região enfrenta uma procura crescente de educação devido ao crescimento demográfico, são necessárias [medidas](#) urgentes para que o progresso continue. No mesmo período, a África do Norte erradicou, quase por completo, a exclusão do ensino primário: a partir de uma percentagem de 18,3 % das crianças com idade para frequentar a escola primária que não o faziam em 1999, atingiu 1,2 % em 2015.

De acordo com dados da Unesco, a matrícula no ensino secundário na África Subsariana encontra-se em 42,4 %, muito abaixo da média mundial de 76,4 %, ao passo que a África do Norte ultrapassa esta média com 86,5 %. O ensino e a formação técnicos e profissionais não são uma prioridade no ensino secundário africano. Em 2012, programas de ensino técnico e profissional representaram apenas [6 %](#) do total das matrículas no ensino secundário em África.

Atualmente, apenas cerca de 8,5 % dos jovens na África Subsariana estão inscritos no ensino superior, em comparação com mais de 35 % na África do Norte e uma média mundial semelhante. A percentagem na África Subsariana mais do que duplicou em relação a 1999, quando era de cerca de 4 %; no entanto, o rácio é desequilibrado a favor dos homens, com apenas 7 mulheres matriculadas no ensino superior por cada 10

homens. Como o número de estudantes universitários cresce rapidamente, tal ultrapassa os recursos humanos e materiais das universidades africanas.

As medidas apresentadas pela UE na comunicação conjunta incluem melhorar a formação e o ensino profissionais nos setores agrícola e agroalimentar, facilitar a conclusão do ensino primário e secundário por todas as crianças e incentivar a participação dos países africanos no programa Erasmus+.

A quarta Declaração da Cimeira da Juventude África-Europa recomenda o reconhecimento de competências adquiridas através do ensino não formal, o reconhecimento mútuo dos diplomas entre a Europa e África, e a garantia do acesso universal a uma educação de qualidade.

Reduzir as disparidades entre homens e mulheres

Para proporcionar às jovens gerações de mulheres africanas as oportunidades de que necessitam, as disparidades de género têm que ser reduzidas. De acordo com o [Relatório](#) do Desenvolvimento Humano de África, do PNUD, em 2016, as disparidades de género custam ao continente africano cerca de 6 % do seu PIB anual. Persistem inúmeros obstáculos à emancipação das mulheres. Dos [18](#) países do mundo onde, por lei, as mulheres precisam de autorização do marido para trabalhar, 8 estão localizados em África. Aproximadamente [39 %](#) das jovens na África Subsariana casam antes dos 18 anos. Empoderar as mulheres para frequentarem a escola, pelo menos até ao fim do ensino secundário, conduz a uma forte [redução](#) da taxa de fertilidade e, por conseguinte, estimula a transição demográfica.

Perspetivas

A população jovem de África poderia fornecer uma enorme oportunidade para o desenvolvimento económico através do [«dividendo demográfico»](#), que se considera ter sido um dos principais motores do milagre económico asiático. No entanto, tal verifica-se apenas se a transição demográfica for corretamente gerida, ou seja, se a economia apoiar a criação de postos de trabalho e os jovens tiverem as competências necessárias no mercado de trabalho. Segundo um [Documento de Trabalho](#) do FMI, existem dois outros cenários alternativos também possíveis para África: «No caso menos favorável, a janela de oportunidade [representada pela transição demográfica] passa sem quaisquer progressos significativos [...] Na pior das hipóteses, essa transição demográfica poderá traduzir-se num exército de jovens desempregados e aumentar, significativamente, os riscos e as tensões sociais.»

Posição do Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu apoia firmemente as políticas de cooperação e desenvolvimento da UE para África. [Aprovou](#) recentemente, como legislador, o [Regulamento](#) que institui o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS). [Alterou](#) o projeto, introduzindo uma disposição que exige que a garantia FEDS seja aplicada, de preferência, aos países frágeis (artigo 8.º, n.º 4). Segundo outra alteração do PE, os investimentos que beneficiem da Garantia FEDS devem respeitar os princípios da eficácia do desenvolvimento e aplicar as normas internacionais, incluindo os Princípios para o Investimento Responsável da ONU, os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, as convenções da Organização Internacional do Trabalho, assim como o direito internacional dos direitos humanos (artigo 9.º, n.º 2, alínea i)).

O Parlamento Europeu acabou de elaborar as suas recomendações para a Cimeira África-UE. Em 10 de outubro, a Comissão do Desenvolvimento aprovou um relatório de iniciativa intitulado «[Estratégia UE-África: Estimular o desenvolvimento](#)» (Relator: Maurice Ponga (PPE, França)). Salienta a necessidade de empoderar os jovens no contexto demográfico do continente africano, promovendo o investimento e criando empregos sustentáveis, investindo nas competências de que necessitam no mercado de trabalho, integrando-os na sociedade para lutar contra o terrorismo, promovendo as suas iniciativas no domínio da democracia, dos direitos humanos e do primado do Direito, e, muito importante, através da educação e dos cuidados de saúde, incluindo a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos. O Parlamento Europeu [debateu](#) este relatório na primeira sessão plenária de novembro.

Referências principais

Comissão Europeia, Serviço Europeu para a Ação Externa, [Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Conferir um novo impulso à Parceria África-UE](#), JOIN(2017) 17 final, maio de 2017.

Quarta Cimeira da Juventude África-Europa, [Declaração de Abidjan](#), outubro de 2017.

Notas finais

- ¹ Os dados da ONU sobre população utilizados nesta nota informativa provêm do último relatório [UN World Population Prospects](#), junho de 2017.
- ² Sobre a controversa questão de se saber quantas pessoas o nosso planeta pode sustentar, ver, por exemplo: [One Planet, How Many People? A Review of Earth's Carrying Capacity](#), UNEP, junho de 2012.
- ³ Estimativas baseadas no cenário de variante média das projeções da população da ONU para a faixa etária dos 20 aos 64 anos.
- ⁴ De acordo com um relatório da [Population Action International](#), [The Security demographic, Population and conflict after the Cold War](#), os países com um elevado número de jovens adultos (pelo menos 40 % da população adulta entre os 15 e os 29 anos) tinham 2,3 vezes mais probabilidades de sofrer uma guerra civil na década de 1990. Outros estudos confirmam a conclusão de que a explosão demográfica dos jovens, embora não necessária nem diretamente conducente ao conflito, quando combinada com má governação e ausência de crescimento económico, entre outros fatores, aumenta a probabilidade de guerra civil. Por exemplo, Henrik Urdal, «The Demographics of Political Violence: Youth Bulges, Insecurity and Conflict» in *Too Poor for Peace? Global Poverty, Conflict and Security in the 21st Century*, 2007.

Exoneração de responsabilidades e direitos de autor

O presente documento foi elaborado para os deputados e o pessoal do Parlamento Europeu como material de referência, a fim de os ajudar no seu trabalho parlamentar. O conteúdo do documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e quaisquer opiniões nele expressas não representam a posição oficial do Parlamento Europeu.

A reprodução e a tradução para fins não comerciais são autorizadas, desde que a fonte seja indicada e o Parlamento Europeu seja previamente notificado e lhe seja enviada uma cópia.

© União Europeia, 2017

eprs@ep.europa.eu

<http://www.eprs.ep.parl.union.eu> (intranet)

<http://www.europarl.europa.eu/thinktank> (internet)

<http://epthinktank.eu> (blog)

